

Por Alex Akira

O diretor de defesa profissional da Associação Médica Brasileira (AMB), Emilio Cesar Zilli, disse em audiência pública na Câmara dos Deputados que as falhas na gestão estão entre os principais problemas dos planos de saúde no Brasil

O tema foi discutido pela comissão especial que analisa mudanças nos planos de saúde (Projeto de Lei 7419/06 e outras 139 propostas que tramitam em conjunto).

“Como querem fazer divisão de custos e criar novas ferramentas de planos se os próprios gestores não sabem quantos tabagistas, hipertensos e diabéticos cobrem?”, perguntou Zilli.

Para ele, se houvesse um modelo mais eficiente de gestão, os planos de saúde poderiam ser mais baratos.

Outro exemplo citado foi o desconhecimento do público-alvo sobre os planos em relação à faixa etária. Segundo Zilli, atualmente, a maioria dos usuários está na faixa de 30 anos, embora seja disseminada a “falácia” de que a maioria é de idosos. Com o envelhecimento da população, afirmou, os idosos serão a maioria dos usuários apenas em 2060.

### **Acessibilidade**

O representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Wanderley Gomes da Silva, questionou a acessibilidade dos planos. “A saúde suplementar é muito importante, mas nós acreditamos que o poder público deve investir na saúde pública, e não criar planos acessíveis. Acessíveis a quem? O SUS tem 70% de cobertura universal e esses novos planos vão conseguir cobrir mais que isso?”

Para o representante do CNS, o Estado deve ser o protetor social e garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento da população.

A coordenadora-executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde, Josefa René Santos Patriota, disse que a prevenção é uma parte fundamental para a questão da saúde: “A prevenção. “Se trabalharmos com isso, é possível diminuir as despesas de todos os envolvidos.”

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto na comissão, destacou o problema da judicialização da saúde, que leva o Estado a custear tratamentos muito caros. “Existem dados e contas alarmantes. Isso atinge o planejamento de todo o Estado”, avaliou.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA: [PL-7419/2006](#)

**Fonte:** Agência Câmara Notícias, em 06.06.2017.